



CONTEÚDO PROGRAMÁTICO CONCURSO

EDITAL PROGEP 74/2019

PROGRAMA DE DIREITO MATERIAL DO TRABALHO

1 PROPEDEUTICA AO DIREITO DO TRABALHO

1.1. Denominação. Conteúdo. Funções. Autonomia. Natureza Jurídica.

1.2. Escorço Histórico. Origem. Evolução. O modelo Juslaboral do Brasil e suas Fontes.

Direito Constitucional Brasileiro pós 1988.

1.3. Princípios do Direito do Trabalho.

1.3. Modalidades

1.3.1. Princípios gerais do direito do trabalho

1.3.2. Princípio da proteção do trabalhador

1.3.3. Princípio da irrenunciabilidade de direitos

1.3.4. Princípio da continuidade da relação de emprego

1.3.5. Princípio da primazia da realidade.

1.4. Interpretação, Integração e Aplicação do Direito do Trabalho

2 SUJEITOS DA RELAÇÃO INDIVIDUAL DE TRABALHO

2.1. Empregado.

2.1.1. Conceito

2.1.2. Requisitos legais para definir empregado: norma – Pessoa Física – Continuidade – Subordinação – Conceito de Subordinação – Salário – Pessoalidade.

2.1.3. Diferenciação de trabalhador: autônomo – eventual – avulso – temporário – estagiário – cooperado.

2.1.4. Contratos Especiais de Relação de Emprego: doméstico – rural - domicílio – mulher – idoso – jovem.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE DIREITO “PROF. JACY DE ASSIS”
DIRETORIA



2.2. Empregador

2.2.1. Definição legal (CLT)

2.2.2. Empresa

2.2.3. Equiparação legal

2.2.4. Tipos de Empregador

2.2.5. Responsabilidade de Sócio e do Administrador

2.2.6. Terceirização das Atividades da Empresa

2.2.7. Grupo de Empresa

2.2.8. Poder de Direção do Empregador

3 CONTRATO INDIVIDUAL DE EMPREGO

3.1. Conceito

3.2. Natureza Jurídica

3.3. Contrato individual de emprego, modalidades, Contrato por prazo indeterminado, determinado e intermitente;

3.4. Conteúdo do contrato de emprego;

3.5. Alterações Contratuais;

3.6. Suspensão e Interrupção do Contrato de Trabalho;

3.7. Prescrição e Decadência;

3.8. Efeitos do contrato de trabalho: direitos e deveres das partes. Poderes do empregador no contrato de trabalho. Direito de resistência do empregado;

3.9. Remuneração, salário, gorjeta;

3.10. A duração do trabalho;

3.11. Repouso semanal;

3.12. direito a férias;

3.13. Contrato de emprego - alteração, suspensão e dissolução;

3.14. Despedida, Aviso Prévio;

3.15. Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE DIREITO “PROF. JACY DE ASSIS”
DIRETORIA**



4 JORNADA DE TRABALHO

- 4.1. Escorço Histórico
- 4.2. Conceito de Jornada do Trabalho (teorias)
- 4.3. Natureza Jurídica
- 4.4. Classificação da Jornada de Trabalho
- 4.5. Horas Extraordinárias
- 4.6. Acordo de Prorrogação de Horas
- 4.7. Sistema de Compensação de Horas
- 4.8. Horas Extras e Força Maior
- 4.9. Conclusão de Serviços Inadiáveis
- 4.10. Reposição de Paralisações
- 4.11. Empregados Excluídos da Proteção da Jornada de Trabalho
- 4.12. Horas Extras Ilícitas, Adicional de Extras e legais mínimos, Redução da Jornada com Redução do Salário, Intervalos.

5 FÉRIAS

- 5.1. Evolução Histórica
- 5.2. Princípios do Direito de Férias
- 5.3. Duração
- 5.4. Concessão
- 5.5. Remuneração
- 5.6. Abono de Férias
- 5.7. Efeitos da Extinção do Contrato
- 5.8. Prescrição
- 5.9. Regime de Férias Coletivas
- 5.10. Convenção n. 132 da Organização Internacional do Trabalho.

6 SALÁRIO E REMUNERAÇÃO

- 6.1. Conceito
- 6.2. Natureza Jurídica



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE DIREITO “PROF. JACY DE ASSIS”
DIRETORIA**



6.3. Gorjetas

6.4. Caracteres e classificação

6.5. Composição

6.6. Modalidades

6.7 Adicionais

6.8 Gratificação

6.9 Comissões.

6.10 13º salário

6.11 Parcelas não-salariais

6.12 Salário e indenização

6.13 Salário in natura e utilidades não-salarias.

7 TRABALHO DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE E DO JOVEM

7.1 Normas de proteção ao trabalhador adolescente

7.2 Limites à contratação.

7.3 Estágio e aprendizagem:

7.3.1 Conceitos, distinção e características

7.3.2 Direitos do estagiário e do aprendiz.

7.3.3. Requisitos para a adoção válida dos regimes de estágio e de aprendizagem

7.3.4. A EC n. 65/2010 e o Trabalho do Jovem

8 ESTABILIDADE NO EMPREGO

8.1. Estabilidade e garantias provisórias de emprego: conceito, caracterização e distinções.

8.2. Formas de estabilidade.

8.3. Teoria da nulidade da despedida arbitrária

8.4. Renúncia à estabilidade.

8.5. Homologação. Despedida de empregado estável.

8.6 Efeitos da dispensa arbitrária ou sem justa causa: readmissão e reintegração.

8.7. Indenizações rescisórias. Despedida obstativa.



9 TÉRMINO DO CONTRATO

- 9.1.Cessação do contrato de emprego: causas e classificação.
- 9.2.Rescisão unilateral: despedida do empregado.
- 9.3.Natureza jurídica da despedida.
- 9.4.Limites
- 9.5.Rescisão unilateral: demissão do empregado
- 9.6.Aposentadoria. Força maior.
- 9.7.Factum principis
- 9.8.Morte.
- 9.9.Resolução por inadimplemento das obrigações do contrato.
- 9.10.Despedida indireta. Falta grave.
- 9.11.Justa causa. Princípios. Espécies.

10 ORGANIZAÇÃO SINDICAL

- 10.1.Direito Coletivo do Trabalho: definição, denominação, conteúdo, função.
- 10.2. Os conflitos coletivos de trabalho e mecanismos para sua solução.
- 10.3.Direito Coletivo: o problema das fontes normativas e dos princípios jurídicos.
- 10.4.Liberdade sindical.
- 10.5.Convenção n  87 da OIT.
- 10.6.Organização sindical
- 10.7.Modelo sindical brasileiro
- 10.8.Conceito de categoria.
- 10.9.Categoria profissional diferenciada.
- 10.10.Dissociação de categorias
- 10.11.Membros da categoria e sócios do sindicato
- 10.12.Entidades sindicais:
 - 10.12.1.Conceito
 - 10.12.2.Natureza jurídica
 - 10.12.3. Estrutura



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE DIREITO “PROF. JACY DE ASSIS”
DIRETORIA



10.12.4.Funções

10.12.5 Requisitos de existência e atuação,

10.12.6.Prerrogativas e limitações.

10.12.7.Garantias sindicais.

10.12.8.Sistemas sindicais: modalidades e critérios de estruturação sindical

10.12.9. O problema no Brasil.

10.13.Negociação coletiva.

10 14 Função

10.15.Níveis de negociação

10.16.Instrumentos normativos negociados: acordo coletivo e convenção coletiva de trabalho.

10.17.Efeitos das cláusulas

10.18.Cláusulas obrigacionais e cláusulas normativas

10.19.Incorporação das cláusulas nos contratos de emprego.

10.20.Mediação e arbitragem no Direito do Trabalho

10.21.Poder normativo da Justiça do Trabalho.

10.22.Atividades do Sindicato. Condutas anti-sindicais: espécies e consequências.

11 SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO

11.1.Segurança e higiene do trabalho

11.2.Acidente do trabalho - noções preliminares

11.3.A previdência social - noções preliminares

11.4. Insalubridade, Periculosidade e Penosidade.

12 DIREITO INTERNACIONAL DO TRABALHO

12.1.Organização Internacional o Trabalho (OIT): origens, funcionamento, composição, representatividade e posições atuais.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE DIREITO “PROF. JACY DE ASSIS”
DIRETORIA



12.2.Sua importância e controle, Pactos internacionais da ONU e da OEA (direitos humanos - direito ambiental).

12.3.As relações de emprego em área livre comércio e de integrações regionais (a questão dos migrantes).

12.4.Os funcionários públicos internacionais: Imunidades de jurisdição e as exceções no direito do trabalho.

12.5.Direito Internacional Privado do Trabalho

12.5.1.O contrato internacional de transferência de mão de obra

12.5.2. Jurisdição e cooperação internacional

12.6.Direito Internacional Público do Trabalho

12.6.1.Direito Humanos; Direito Ambiental e os Pactos e Convenções Internacionais

12.6.2 Relações de Emprego em áreas de integração e a questão do migrante internacional

12.6.3 A problemática dentro da União Europeia na atual conformação geopolítica

12.6.4. O MERCOSUL

12.6.4.1 A tendência à eventual harmonização de normas laborais;

12.6.4.2. As convenções coletivas de trabalho nos países participantes do mercado sul

americano

13 O EMPREGADO DEFICIENTE

13.1. Evolução da Proteção Legal no Brasil

13.2. Conceito Jurídico

REFERÊNCIAS

ALVES, Rubens Valtecídes. **Novas dimensões da Proteção ao Trabalhador: o Deficiente Físico**. São Paulo: LTr.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE DIREITO “PROF. JACY DE ASSIS”
DIRETORIA



- BARROS, Alice Monteiro de. **Curso de Direito do Trabalho**, São Paulo, LTR
- BRASIL. **Constituição da Republica**. São Paulo: Saraiva.
- BRASIL, **Consolidação das Leis Trabalhistas**. São Paulo: Ed. LTr.
- CARMONA, Carlos Alberto. **A Arbitragem no processo civil brasileiro**. São Paulo: Malheiros.
- CASSAR, Vólia Bomfim Cassar; BORGES, Leonardo Dias Borges. **Comentários à Reforma Trabalhista** – 3. ed. Rio de Janeiro: Método.
- CATHARINO, José Martins. **Tratado Jurídico do Salário**. São Paulo: Ltr.
- DA SILVA, Antônio Álvares. **Flexibilização das Relações de Trabalho**. São Paulo: LTr.
- DA SILVA, Luiz e Pinho Pedreira. **Principiologia do Direito do Trabalho**. São Paulo: Ltr.
- DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**. São Paulo: Ltr.
- FERNANDES, Antônio Monteiro. **Direito do Trabalho**. 12. ed., Coimbra.
- FERRARI Irany e RODRIGUES Melchíades Martins. **Dano Moral: Múltiplos Aspectos nas Relações de Trabalho**. São Paulo: Ltr.
- GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. **Curso De Direito do Trabalho**. 12. ed. Rio de Janeiro: Forense.
- LIMA, Francisco Meton Marques de. **Os princípios de Direito do Trabalho na Lei e na Jurisprudência**. São Paulo: Ltr.
- MAGANO, Otávio Bueno. **Manual de Direito do Trabalho: Direito Coletivo do Trabalho**. São Paulo: Ltr, V.III.
- MARANHÃO, Délio; CARVALHO, Luiz Inácio Barbosa. **Direito do Trabalho**. Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas.
- MARTINS Adalberto. **Proteção Constitucional ao Trabalho de Crianças e Adolescentes**. São Paulo: Ltr.
- MONTEIRO, Alice de Barros. **Fundamento Social da Greve, in: Curso de Direito Coletivo do Trabalho**. obra coletiva. São Paulo: Ltr.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE DIREITO “PROF. JACY DE ASSIS”
DIRETORIA



NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Iniciação ao Direito do Trabalho**. São Paulo: Ltr.

ROMITA, Aryon Sayão. **Sindicalismo, economia estado democrático: estudos**. São Paulo: LTr

PROGRAMA DE DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

1 TEORIA GERAL DO PROCESSO

1.1. Direito Processual do Trabalho.

1.2 Princípios.

1.3 Fontes.

1.4 Autonomia.

1.5 Interpretação.

1.6 Integração.

1.7 Eficácia.

2 ORGANIZAÇÃO DA JUSTIÇA DO TRABALHO

2.1 Composição,

2.2 Funcionamento,

2.3 Jurisdição e competência de seus órgãos.

2.4 Os juízos de Direito investidos de jurisdição trabalhista.

2.5 Atribuições.

3 O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

3.1 Organização.

3.2 Competência.

3.3 Atribuições.

3.4 Lei Complementar nº 75/93.

3.5 Inquérito civil público.



4 COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO

- 4.1 Em Razão da Matéria
- 4.2 Em Razão das Pessoas
- 4.3 Em Razão da Função
- 4.4 Em razão do Local
- 4.5 Conflitos de Competência

5 SUJEITOS NO PROCESSO TRABALHISTA

- 5.1 Partes
- 5.2 Procuradores
- 5.3 Representação
- 5.4 Substituição Processual e Litisconsórcio
- 5.5 Assistência Judiciária
- 5.6 Justiça Gratuita
- 5.7 *Jus Postulandi*
- 5.8 Mandato Tácito
- 5.9 Intervenção de Terceiros no Processo do Trabalho (*amicus curiae*, assistência, nomeação à autoria, oposição, denúncia da lide e chamamento ao processo)

6 ATOS, TERMOS, PRAZOS PROCESSUAIS E PROCESSO INFORMATIZADO

- 6.1 Atos Processuais
- 6.2 Termos Processuais
- 6.3 Prazos Processuais
- 6.4 Despesas Processuais
- 6.5 Distribuição e Registro
- 6.6 Processo Eletrônico e Processo Judicial Eletrônico na Justiça do Trabalho (PJE-JT)

7 NULIDADES PROCESSUAIS

- 7.1 Vícios do Ato Processual



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE DIREITO “PROF. JACY DE ASSIS”
DIRETORIA**



7.2 Atos Processuais Nulos, Anuláveis e Inexistentes

7.3 Princípios das Nulidades Processuais

7.4 Arguição, Declaração e Efeitos

7.5 Princípios das nulidades

8 DISSÍDIO INDIVIDUAL E PRESCRIÇÃO NO PROCESSO DO TRABALHO

8.1 Procedimentos sumário, sumaríssimo e ordinário

8.2 Petição Inicial (requisitos, emenda, aditamento, indeferimento, pedidos, documentos que a acompanham)

8.3 Indeferimento e inépcia da petição inicial.

8.4 Prescrição no direito processual do trabalho (conceito, distinção com a decadência, causas de interrupção, impedimento e suspeição, prescrição intercorrente)

9 AUDIÊNCIA TRABALHISTA

9.1 Procedimentos da Audiência. Conciliação

9.2 Resposta do reclamado/réu

9.3. Contestação. Preliminares. Defesa direta e indireta

9.4 Revelia no direito processual do trabalho

9.5 Exceções.

9.6 Reconvenção.

9.7 Compensação.

10 PROVAS

10.1. Conceito e finalidade da prova

10.2. Princípios

10.3. Objeto

10.4. Meios Probatantes

10.5. Incidente e Falsidade

10.6. Provas em espécie



10.7. Ônus da Prova

11 SUSPENSÃO, RAZÕES FINAIS, SENTENÇA E COISA JULGADA

11.1 Suspensão por: morte, perda da capacidade processual, convenção das partes, exceções, dependência de outro processo, motivo maior.

11.2 Razões Finais: conceito, conversão do julgamento em diligência

11.3 Sentença: conceito, modalidades, Sentença e Termo de Conciliação, Requisitos

11.4 Honorários periciais e advocatícios. Termo de conciliação e seus efeitos: perante as partes e terceiros.

11.5 Coisa Julgada. Conceito. Modalidades. Nulidades. Limites. Efeitos.

12 TEORIA GERAL DOS RECURSOS TRABALHISTAS

12.1. Conceito e Natureza Jurídica dos Recursos Trabalhistas

12.2. Princípios Recursais

12.3 Pressupostos Recursais (subjetivos e objetivos)

12.4 Efeitos dos Recursos

12.5 Remessa Necessária

13 RECURSOS TRABALHISTAS EM ESPÉCIE

13.1 Recurso Revisional ou Pedido de Revisão

13.2 Recurso Ordinário

13.3 Recurso de Revista

13.4 Embargos de Declaração

13.5 Embargos ao TST

13.6 Recurso Adesivo

13.7 Agravos de instrumento, de petição, regimental e interno

14 LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA

14.1. Conceito e Natureza Jurídica



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE DIREITO “PROF. JACY DE ASSIS”
DIRETORIA



14.2. Modalidades

15 EXECUÇÃO E CUMPRIMENTO DE SENTENÇA TRABALHISTA

15.1. Liquidação da Sentença. Espécies. Execução Trabalhista.

15.2. Execução provisória e execução definitiva. Carta de sentença

15.3. Aplicação subsidiária da Lei de Execuções Fiscais

15.4. Execução de quantia certa contra devedor solvente

15.5. Execução de títulos extrajudiciais

15.6 Execução das multas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização do trabalho

15.7 Mandado de Citação. Penhora. Responsabilidade patrimonial na execução. Sucessão de empregadores. Responsabilidade dos sócios

15.8. Embargos do Executado. Exceção de Pré-executividade. Embargos de Terceiro. Prescrição Intercorrente

15.9. Fraudes

15.10. Execução contra a Fazenda Pública: precatórios e dívidas de pequeno valor

15.11. Expropriação dos bens do devedor. Arrematação. Adjudicação. Remição. Encerramento da execução

15.12. Execução das contribuições previdenciárias: competência, alcance e procedimento

16 PROCEDIMENTOS TRABALHISTAS ESPECIAIS E AÇÕES CÍVEIS ADMISSÍVEIS NO PROCESSO DO TRABALHO

16.1. Inquérito para apuração de falta grave. Conceito e denominação. Cabimento. Prazo. Julgamento do inquérito. Natureza e efeitos da sentença

16.2. Dissídio Coletivo. Conceito. Classificação. Competência. Instauração. Sentença Normativa. Efeitos e Vigência. Extensão das decisões e Revisão.

16.3 Ação de Cumprimento. Competência. Legitimidade. Dilação probatória. Prescrição



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE DIREITO “PROF. JACY DE ASSIS”
DIRETORIA**



16.4 Ação anulatória de sentença e de cláusula de acordo ou convenção coletiva de trabalho

16.5 Ação civil pública. Conceito. Natureza jurídica. Competência. Legitimidade. Sentença e coisa julgada

16.6 Ações possessórias na Justiça do Trabalho. Manutenção de posse. Reintegração de posse. Interdito proibitório

17 O Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015) e o processo do trabalho

18. A reforma trabalhista (Lei nº 13.467/2017) e o processo do trabalho

PROGRAMA DE PRÁTICA TRABALHISTA

1 Responsabilidade civil e reparação de danos nas relações de trabalho (danos materiais, morais, estéticos, existenciais e perda de uma chance).

2. Tutelas provisórias de urgência e evidência.

3. Mandado de segurança (individual e coletivo).

4. Ação de consignação em pagamento.

5. Ação rescisória.

6. Ação civil pública e ação coletiva.

7. Ações possessórias (manutenção de posse, reintegração de posse, interdito proibitório) no processo do trabalho.

8. Inquérito para apuração de falta grave.

9. Recursos trabalhistas em espécie: recurso revisional ou pedido de revisão, recurso ordinário, recurso de revista, embargos de declaração, embargos ao TST, agravo de instrumento, agravo de petição.

10. Embargos à execução. Exceção de pré-executividade. Embargos de terceiro.

11. Reclamação Trabalhista.



REFERÊNCIAS DE DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO E PRÁTICA TRABALHISTA

- ALMEIDA, Amador Paes de. **Curso prático de processo do trabalho**, São Paulo: Saraiva.
- ALVIM, Arruda. **Manual de direito processual civil**. São Paulo: Revista dos Tribunais.
- AMARAL SANTOS, Moacyr. **Primeiras linhas de direito processual civil**. São Paulo: Saraiva.
- ATHENIENSE, Alexandre. **Comentários à Lei 11.419/06 e as práticas processuais por meio eletrônico nos tribunais brasileiros**, Curitiba: Juruá.
- CORREIA, Henrique e MIESSA, Elisson; (Orgs.). **Manual da reforma trabalhista: o que mudou?**, Salvador/BA: Jus Podivm.
- DALLEGRAVE NETO, José Affonso e GOULART, Rodrigo Fortunato. **Novo CPC e o processo do trabalho**, São Paulo: LTr.
- DALLEGRAVE NETO, José Affonso. **Responsabilidade civil no direito do trabalho**, São Paulo: LTr.
- DELGADO, Mauricio Godinho e DELGADO, Gabriela Neves. **A reforma trabalhista no Brasil: com os comentários à Lei n. 13.467/2017**, São Paulo: LTr.
- DINAMARCO, Cândido Rangel Costa. **Instituições de direito processual civil**. São Paulo: Malheiros.
- GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo curso de direito civil: responsabilidade civil**. São Paulo: Saraiva.
- GONÇALVES, Carlos Roberto. **Responsabilidade civil**. São Paulo: Saraiva.
- LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Curso de direito processual do trabalho**, São Paulo: Saraiva.
- LINHARES, Aryanna e SARAIVA, Renato. **Trabalho prática**, Salvador/BA: Jus Podivm.
- MANUS, Pedro Paulo Teixeira. **Execução de sentença trabalhista**. São Paulo: Atlas.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE DIREITO “PROF. JACY DE ASSIS”
DIRETORIA



MALLET, Estêvão e BRANDÃO, Claudio (Coords.). **Processo do trabalho**, coleção Repercussões do Novo CPC, v. 4, Salvador/BA: Jus Podivm.

MARTINS, Juliane Caravieri; BARBOSA, Magno Luiz e MONTAL, Zélia Maria Cardoso (Orgs.). **Reforma trabalhista em debate**: direito individual, coletivo e processual do trabalho, São Paulo: LTr.

MELO, Raimundo Simão de. **Direito ambiental do trabalho e a saúde do trabalhador**: responsabilidades legais, dano material, dano moral, dano estético, São Paulo: LTr.

MIESSA, Elisson e CORREIA, Henrique (Orgs.). **Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST**: comentadas e organizadas por assunto, Salvador/BA: Jus Podivm.

MIESSA, Elisson (Org.). **O novo código de processo civil e seus reflexos no processo do trabalho**, Salvador/BA: Jus Podivm.

MONTAL, Zélia Maria Cardoso; CARVALHO, Luciana Paula Vaz de. (Orgs.). **Reforma trabalhista em perspectiva**: desafios e possibilidades, São Paulo: LTr.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Curso de direito processual do trabalho**. São Paulo: Saraiva.

PEREIRA, Leone. **Prática trabalhista**, Coleção Prática Forense, São Paulo: Revista dos Tribunais.

SCHIAVI, Mauro. **Manual de direito processual do trabalho**, São Paulo: LTr.

TEIXEIRA FILHO, Manoel Antonio. **Curso de direito processual do trabalho**, São Paulo: LTr.

_____. **O processo do trabalho e a reforma trabalhista**, São Paulo: LTr.

TEPEDINO, Gustavo. **Temas de direito civil**. Rio de Janeiro: Renovar.



PROGRAMA DE DIREITO PREVIDENCIÁRIO E DA SEGURIDADE SOCIAL

1 A SEGURIDADE SOCIAL

- 1.1. Trabalho e Risco Social
- 1.2. Da assistência ao direito subjetivo à proteção social
- 1.3. Dos fundamentos da seguridade social
- 1.4. Dos modelos de seguridade social
- 1.5. Da evolução da proteção social no Brasil
- 1.6. Do conceito de seguridade social

2 DA SAÚDE

- 2.1. Histórico, características e princípios
- 2.2. Diretrizes e financiamento
- 2.3. O Sistema Único de Saúde

4 DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

- 4.1. Conceito, objetivos e fundamentos;
- 4.2. Custeio, serviços e benefícios;

5 O DIREITO PREVIDENCIÁRIO

- 5.1. Seguridade Social e Previdência Social
- 5.2. Conceito e objeto de estudo do Direito Previdenciário
- 5.3. Fontes do Direito Previdenciário
- 5.4. Princípios do Direito Previdenciário
- 5.5. Regimes Previdenciários

6 DO REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

- 6.1. Segurado e manutenção da qualidade de segurado



- 6.2. Dependentes
- 6.3. Das inscrições
- 6.4. Período de carência
- 6.5. Salário-de-benefício
- 6.6. Renda Mensal dos benefícios
- 6.7. Reajustamento e pagamento dos benefícios

7 DO CUSTEIO DO RGPS

- 7.1. Definição de custeio;
- 7.2. Fontes de custeio da previdência social;
- 7.3. Natureza jurídica da contribuição previdenciária;
- 7.4. Contribuintes da seguridade social;
- 7.5. Contribuições da seguridade social;
- 7.6. Arrecadação e recolhimento das contribuições da seguridade social;
- 7.7. Crédito da seguridade social.

8 BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS

- 8.1. Auxílio-doença
- 8.2. Aposentadoria por invalidez
- 8.3. Aposentadoria por tempo de contribuição
- 8.4. Aposentadoria por idade
- 8.5. Aposentadoria especial
- 8.6. Pensão por morte
- 8.7. Salário-maternidade
- 8.8. Salário-família
- 8.9. Auxílio reclusão
- 8.10. Seguro-desemprego

9 PRÁTICA PREVIDENCIÁRIA

- 9.1. Competência para ações previdenciárias



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE DIREITO “PROF. JACY DE ASSIS”
DIRETORIA



- 9.2. Prestações comuns
- 9.3. Competência federal delegada
- 9.4. Ações acidentárias
- 9.5. Causas referentes ao benefício assistencial
- 9.6. Prévio ingresso na via administrativa
- 9.7. Pagamentos devidos pelo INSS
- 9.8. Idosos
- 9.9. Juizados Especiais Cíveis na Justiça Federal.

10 DA PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PRIVADA

- 10.1 Características Gerais
- 10.2. Disposições Comuns aos Planos de Benefícios dos Entes Abertos e Fechados
- 10.3. As Entidades Fechadas e os seus Planos de Benefícios
- 10.4. As Entidades Abertas e os seus Planos de Benefícios
- 10.5. Intervenção e Liquidação Extrajudicial dos Entes Previdenciários Privados
- 10.6. A Relação da Administração Pública com as suas Entidades Fechadas de Previdência Complementar

REFERÊNCIAS

- AMADO, Frederico. **Curso de direito previdenciário**. Salvador/BA: Jus Podivm.
- CORREIA, Marcus Orione Gonçalves e CORREIA, Érica Paula Barcha. **Curso de direito da seguridade social**. São Paulo: Saraiva.
- IBRAHIM, Fábio Zambitte. **Curso de Direito Previdenciário**. Niterói: Impetus.
- LA BRADBURY, Leonardo Cacau Santos. **Curso prático de direito e processo previdenciário**, Curitiba: Juruá.
- LAZZARI, João Batista. **Manual de direito previdenciário**. Rio de Janeiro: Forense.
- _____. **Prática processual previdenciária**. Rio de Janeiro: Forense.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE DIREITO “PROF. JACY DE ASSIS”
DIRETORIA



MARTINEZ, Wladimir Novaes. **Curso de direito previdenciário**: noções de direito previdenciário. LTr.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito da seguridade social**. São Paulo: Atlas.

VIANNA, João Ernesto Aragonés. **Curso de direito previdenciário**. São Paulo: LTr.